



04 Abril 2017 - Estadão

Governo começa a preparar terreno para cenário de intervenção na Oi

Diante da continuidade do conflito entre operadora e seus credores, Planalto se prepara para o pior cenário relativo à empresa

O governo federal começa a traçar nesta semana uma estratégia para evitar que se instale um “cenário de catástrofe”, com risco sistêmico no setor de telecomunicações, caso a Oi, a quarta maior operadora do País, entre em colapso. Além da medida provisória que vai permitir a intervenção na tele, prevista para ser publicada amanhã (leia mais abaixo), o governo vai conversar com as demais operadoras – Claro, TIM e Telefônica/Vivo – para mapear a atuação de cada uma e entender como elas poderiam socorrer o setor. A ideia é preparar o terreno para um desfecho drástico: uma eventual falência da Oi.

A Oi é a operadora que tem a maior abrangência de rede no País, atuando sozinha em 2 mil dos 5,5 mil municípios brasileiro. Considerando as 3,5 mil cidades onde não é a única operadora, a tele fornece parte da infraestrutura a concorrentes. “O governo precisa ter um levantamento da dependência de rede nas mãos para saber o que fazer em um caso de intervenção ou mesmo falência da Oi”, disse uma fonte ligada ao governo.

Em Brasília, o melhor dos cenários seria o fechamento de um acordo entre os acionistas da Oi – liderados pelo empresário Nelson Tanure e Pharol (que reúne os sócios da Portugal Telecom) – e os credores da companhia. As dívidas financeiras da Oi somam cerca de R\$ 50 bilhões, sendo R\$ 32 bilhões nas mãos dos detentores de títulos da dívida (“bondholders”).

No entanto, o cenário favorito do governo pode não ser, hoje, o mais viável. Conforme publicou o Estado no sábado, os credores estão mais favoráveis à intervenção, uma vez que os atuais acionistas não querem ter sua fatia na companhia diluída. Essa saída tem sido proposta por investidores – entre eles o empresário egípcio Naguib Sawiris, representado pelo banco Moelis, e o fundo Elliott. Haveria ainda a possibilidade de uma terceira oferta, do fundo Cerberus, representado no Brasil pela RK Partners, que ainda não foi divulgada.

Uma assembleia entre credores e acionistas deve ocorrer neste mês. O Estado apurou que credores estão buscando alinhamento para negociar em bloco com os acionistas.

Fatiamento. O governo tem resistido a um possível fatiamento da Oi entre as demais operadoras com atuação nacional, mas não descarta totalmente a opção. “O ideal seria uma das operadoras comprar a Oi. Muito se falou da TIM, mas oficialmente eles negam o interesse. No mundo ideal, a melhor saída seria essa aquisição ou a entrada de um investidor. Mas não é o que temos nas mãos”, disse a fonte do governo.

Segundo um executivo de uma grande operadora, só será possível discutir um eventual fatiamento da Oi após a aprovação da MP que inclui as concessões e autorizações dentro da mesma regra. “Após a publicação da MP, a intervenção tem de ser aprovada. Caso o interventor decida vender a companhia, isso precisaria ser feito de forma transparente, por meio de um leilão, por exemplo”, explicou o executivo.

Embora esse fatiamento ainda seja só uma hipótese, o governo descarta uma divisão por serviços. “Se fizermos assim, ninguém vai querer ficar com a telefonia fixa”, disse outra fonte.

Na semana passada, o governo conversou com os bancos públicos. BB e Caixa estariam dispostos a esticar prazos de pagamento em uma eventual intervenção. Juntos, os bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – concentram cerca de R\$ 10 bilhões.

Comprometida. Procurada, a Oi informou, em um comunicado, que sua administração está comprometida em garantir a sustentabilidade da companhia e os resultados positivos que têm sido obtido demonstram a viabilidade da empresa.

“A Oi vem desempenhando suas atividades normalmente e tem apresentado boa performance (...), além de melhoria nos indicadores de qualidade e nos índices de satisfação dos clientes”, diz a nota. A Oi, no comunicado, diz torcer pelo acordo entre acionistas e credores.

Também procuradas pela reportagem, Anatel, Caixa, Vivo, TIM e Moelis não comentaram o assunto. A operadora Claro, o BB e o BNDES não retornaram os pedidos de entrevista.



04/04/2017 - Convergência Digital

Câmara aprova projeto que transforma aplicativos como Uber em táxis

A Câmara tornou bem mais difícil o funcionamento de aplicativos de transporte como Uber, Easy e Cabify no Brasil. Para regozijo de dezenas de taxistas que lotaram as galerias do Plenário, o texto aprovado pelos deputados na noite desta terça, 4/4, transforma a modalidade desse serviço em transporte público, não mais privado. E como resultado, esse tipo de app só poderá funcionar onde houve autorização expressa dos municípios.

Mesmo depois de muita negociação por um substitutivo que deixaria a tarefa de regulamentar a cada município, destaques aprovados tornaram o texto final muito parecido com o projeto original do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que exigia que os motoristas fossem taxistas e com carros identificados como táxis.

O resultado foi praticamente o mesmo.

Em princípio, o projeto de lei 5587/16 deixa para cada município regulamentar o serviço. Mas ao transformar o serviço em transporte público, impedem o funcionamento naquelas cidades que não possuem legislação a respeito. Além disso, os destaques também retomaram a necessidade de que cada motorista seja autorizado individualmente pelas prefeituras – e não apenas o cadastro no app – além de exigir que os veículos tenham identificação específica. Como ressaltaram diferentes parlamentares favoráveis à alteração, o projeto, como aprovado, “dá tranquilidade para os taxistas”.

Leia mais em:

<http://migre.me/wnpVg>

04/04/2017 - Convergência Digital

Anatel avalia recompensar operadora com excelência na qualidade

Para construir um novo regulamento e qualidade dos serviços de telecomunicações, algo prometido há três anos, a Anatel encaminhou a 55 especialistas, entidades e empresas do setor uma relação de 21 perguntas sobre o tema. Feitas para “levantar subsídios” antes mesmo de uma proposta formal a ser colocada em consulta pública, as questões mostram que a agência tenta se deslocar dos indicadores de rede para a qualidade percebida pelos usuários.

O questionário toca em diferentes instrumentos que poderão vir a ser utilizados pelo regulador, como eventual publicação de ranking, contrapropaganda e mesmo alguma forma de “premiação” para aquelas empresas que forem capazes de superar metas e atingir excelência em qualidade de serviços. “Se avança de um controle exclusivamente sancionatório para

outro baseado na persuasão por incentivos. O enfoque se daria na pronta recuperação/atingimento dos requisitos mínimos e não na litigiosidade administrativa”, sugere o relator, conselheiro Igor de Freitas.

Ao embasar as perguntas, ele revela que “os mecanismos propostos com tal finalidade pela área técnica foram os de suspensão de vendas, publicação de ranking, contrapropaganda, compensação em crédito aos assinantes e publicação de resultados”. E destaca a “possibilidade de estabelecimento de mecanismo de recompensa para prestadores que atinjam patamares de excelência”, o que poderia ser traduzido pela “suspensão da exigibilidade de determinadas obrigações para prestadoras que atingissem metas preestabelecidas”.

Leia mais em:

<http://migre.me/wnpIM>

04/04/2017 - Convergência Digital

Goldman Sachs compra 5% da Oi

O Goldman Sachs informou à Oi ter adquirido 5% das ações da operadora brasileira, o que, segundo a posição informada pela empresa em março, deixa o banco de investimentos americano como o terceiro principal acionista, atrás apenas da Pharol (ex-Portugal Telecom), com 22,2%, e do fundo Societé Mondiale, liderado por Nelson Tanure, com 6,3%.

No comunicado, o banco informa que realizou um conjunto de operações e comprou pouco mais de 8 milhões de títulos da Oi por meio de subsidiárias, resultado em 5,07% do capital

total da tele. É mais que os 4,6% detidos pelo BNDES.

Segundo ainda o Goldman Sachs, a compra de ações “é um investimento minoritário que não envolve mudança na composição do controle acionário ou na alteração da estrutura administrativa da companhia”. Diz ainda que “as entidades Goldman não visam adquirir outras ações” da Oi, bem como “não detém, direta ou indiretamente, debêntures conversíveis”.



04/04/2017 - Telesíntese

Vivendi avança com planos de controlar a Telecom Italia

Empresa tentará fazer de seu CEO o presidente do conselho da TIM. Também tenta reduzir o número de executivos no board da operadora italiana.

A Vivendi continua a buscar formas de controlar a Telecom Italia (TIM). A companhia francesa, dona de quase 25% das ações da operadora italiana, vai propor uma reformulação do conselho de administração da Telecom Italia, tirando um assento (restariam 15). Depois, quer emplacar na presidência do conselho seu próprio CEO, o francês Arnaud de Puyfontaine, e nomear cinco executivos do board.

Mas há outros executivos na disputa. Grupo de acionistas que desejam manter o poder dos italianos da operadora estaria apoiando a escolha de Luca Montezemolo, ex-CEO da Ferrari, para ser o novo chairman do conselho da TIM, sob o argumento que essa escolha fortaleceria Flavio Cattaneo, atual CEO da operadora.

Leia mais em:

<http://migre.me/wnq0d>

01/04/2017 - CUT

Terceirização: Michel Temer pensa que pode jogar no lixo o futuro da classe trabalhadora e do País

Em nota, Vagner Freitas, aponta que governo ilegítimo coloca em xeque futuro do país ao sancionar terceirização sem limites e convoca trabalhadores a responder com a Greve Geral no dia 28 de abril

Na noite de sexta (31/03), o golpista Michel Temer sancionou o PL 4302/98, legalizando o uso generalizado e irrestrito da terceirização e ampliando o trabalho temporário. O projeto amplia de forma ilimitada as possibilidades de precarização do trabalho no país, permitindo que os empresários façam uso da terceirização sem limites e sem nenhuma proteção para os trabalhadores.

Ele amplia o prazo e as possibilidades de utilização do trabalho temporário. Agora como lei, será o instrumento que faltava para o setor patronal reduzir significativamente o custo do trabalho e aumentar suas margens de lucro à custa de mais exploração e mais sangue da classe trabalhadora.

Na prática, trata-se de uma legislação que, no curto e médio prazo, promoverá substituição massiva dos postos de trabalho por prazo indeterminado, com todos os benefícios previstos em lei e com avanços conquistados através da organização sindical dos trabalhadores e da negociação coletiva, por postos precários, com jornada ampliada, salário e benefícios reduzidos, com alta rotatividade e insegurança permanente.

A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros viverá



oprimida pela instabilidade, pela incerteza e mais expostos ao adoecimento. O resultado será a precarização generalizada das condições de trabalho, um processo de empobrecimento acelerado da classe trabalhadora, o aprofundamento da recessão econômica e o avanço da crise social no Brasil.

Ao sancionar este projeto monstruoso, ignorando a voz do povo nas ruas e dos diversos setores organizados da sociedade, Temer deixou cair definitivamente a sua máscara e o objetivo final do golpe:

ampliar a desigualdade social e transferir toda a riqueza do país para as mãos de um pequeno grupo de vampiros.

O Brasil está nas mãos de um vassalo a serviço da elite econômica.

Entretanto, o ilegítimo Michel Temer está muito enganado quando pensa que pode jogar no lixo o futuro da classe trabalhadora e do país. Ele, na verdade, só está jogando o Brasil numa profunda instabilidade jurídica, pois os trabalhadores e trabalhadoras não aceitarão jamais esse roubo de direitos e vão lutar sem temor até derrubar essa lei espúria. A CUT conclama todos os brasileiros e brasileiras, do campo e da cidade, do setor privado e do setor público a construir a Greve Geral do dia 28: em Abril vamos parar o Brasil!

04/04/2017 - RBA

Terceirização tende a aumentar número de acidentes de trabalho, diz MPT

Ministério Público abre nesta quarta-feira campanha em memória de vítimas. Jogos da Copa do Brasil no dia 26 terão um minuto de silêncio

O Ministério Público do Trabalho (MPT) abre nesta quarta-feira (5), às 16h30, em evento em Brasília, a campanha Abril Verde, para lembrar das vítimas de acidentes de trabalho no mês em que se celebra o dia mundial (28) em memória dos trabalhadores. Em 2015, último dado disponível, o país registrou 612.632 acidentes, segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com 2.502 mortes.

"Devemos cobrar a adoção de medidas preventivas, até porque não existe valor no mundo que possa reparar um trabalhador falecido, mutilado, física ou mentalmente, por condições de trabalho que não respeitaram as normas de saúde e segurança vigentes em nosso país", diz o coordenador nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat), Leonardo Osório Mendonça. Segundo ele, a situação pode

piorar com a terceirização irrestrita, como previsto em projeto aprovado há duas semanas na Câmara e sancionado na última sexta-feira (31) pelo presidente Michel Temer.

"Os números, infelizmente, tendem a aumentar", afirma o procurador. "Trabalhadores terceirizados estão sujeitos a condições de trabalho piores e mais inseguras do que aqueles contratados diretamente pelas empresas. Os dados oficiais também demonstram maior incidência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais nesta classe de trabalhadores", acrescenta. Pesquisadores apontam ainda a desregulamentação como fator de piora das condições de trabalho.

Leia mais em: <http://migre.me/wnqQt>

05/04/2017 - CUT

DIREÇÃO NACIONAL: Greve Geral já tem data!

Dia 28 de abril, vamos parar o Brasil!

A Direção Nacional da CUT, reunida em Brasília, no dia 29 de março, deliberou pela organização da greve geral como ação estratégica da CUT para derrotar a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a terceirização propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Trata-se de uma iniciativa construída com o conjunto das centrais sindicais.

Vamos parar o País no dia 28 de abril, mandando mais uma vez nosso recado para a quadrilha que tomou o poder através do golpe e para sua base de parlamentares corruptos no Congresso: **NENHUM DIREITO A MENOS!** A greve geral será um passo decisivo na luta que continuaremos a travar, sem trégua, para derrotar o governo golpista.

Transformaremos abril num mês de lutas. Sairemos às ruas, como fizemos nos dias 8 e 15 de março, para denunciar e repudiar a reforma da Previdência, que pretende acabar com a previdência pública no Brasil. Sairemos novamente às ruas para denunciar e repudiar a reforma Trabalhista, que rasga a CLT e gera o trabalho precário. Iremos para às ruas para repudiar o PL 4302, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados numa manobra espúria do presidente da casa, Rodrigo Maia, que fragiliza a organização sindical e permite a terceirização na atividade fim, condenando os/as trabalhadores/as a "viverem de bico", sem nenhuma segurança em relação ao trabalho e a direitos básicos, como férias, décimo terceiro, jornada de trabalho, descanso remunerado, horas extras, entre outros direitos fundamentais, conquistados após décadas de lutas.

Essa deliberação foi tomada após uma cuidadosa análise de conjuntura.

Passamos por uma profunda recessão econômica, que atinge todos os setores da economia e que se aprofunda por causa da desastrosa política de austeridade do atual governo. Em vez da prometida retomada do crescimento, assistimos à pior recessão da história e à projeção de um crescimento medíocre para os próximos anos, transformando o período 2011-2020 em mais uma década perdida.

As principais vítimas desse processo são os/as trabalhadores/as penalizados/as com o desemprego, que atinge a assombrosa marca de cerca de 13 milhões de pessoas, ou que veem diminuir sua renda, vivendo na incerteza em relação ao trabalho e à proteção social.



A Direção nacional da CUT também constatou o agravamento da crise institucional e política que abala o País, como revelam as tensões entre membros do STF e o Ministério Público, assim com as rugas do Judiciário com o Congresso, onde grande parte dos parlamentares encontra-se na lista das delações premiadas como suspeitos de corrupção. São esses parlamentares que buscam desesperadamente e sem qualquer pudor uma saída legal para o mal feito,

legislando em interesse próprio, empenhados na aprovação de uma lei que acoberte seus crimes e os isente da punição.

O governo ilegítimo também foi atingido no seu núcleo de poder com denúncias de corrupção. Nos primeiros seis meses do atual governo, seis Ministros caíram e outros cinco encontram-se sob suspeita. O próprio Presidente corre o risco de ser cassado pelo TSE.

No meio da crise, no entanto, o governo ilegítimo mostra a que veio ao ser conduzido ao poder através do golpe. Veio para rasgar a Constituição e destruir pilares do Estado de Direito, enquanto promove o desmonte das políticas de proteção social, a privatização de estatais e bancos públicos, a entrega da exploração de nossas riquezas naturais a empresas estrangeiras, comprometendo a soberania nacional. Veio também para retirar direitos da classe trabalhadora.

Temos motivos de sobra para repudiar o governo ilegítimo e para conclamar a classe trabalhadora para a greve geral no dia 28 de abril.

NÃO À TERCEIRIZAÇÃO

NÃO À REFORMA TRABALHISTA

NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

NENHUM DIREITO A MENOS!

FORA TEMER!

DIREÇÃO NACIONAL DA CUT



04/04/2017 - CUT

TO: Operação resgata 8 trabalhadores em situação análoga à escravidão

Trabalhadores estavam alojados em curral, sem banheiro e água

Oito trabalhadores em situação análoga à escravidão foram resgatados em ação coordenada pelo Ministério do Trabalho no Tocantins. A operação foi motivada por denúncias de condições degradantes de trabalhadores que estariam alojados em um curral, sem banheiros e água potável e sem receber salário. As denúncias foram confirmadas na investigação, que continua até o dia 7 deste mês.

Na Fazenda Pontal, no município de Arapoema, foram encontrados sete trabalhadores. Entre eles, dois adolescentes, um de 16 anos e outro de 17, em um curral. Um bebê de 1 ano e 3 meses, que vivia no local com a mãe desde o nascimento, estava internado em um hospital da região.

Um dos trabalhadores chegou a receber um único pagamento em dois anos. Luiz Cardoso da Silva, de 69 anos, trabalhava na fazenda há dois anos, junto com a mulher, Terezinha, o neto, Matheus, e a mulher deste, Dalva (mãe do bebê de 1 ano e 3 meses). Silva disse que, pela proposta de trabalho, receberia por produção, fazendo tarefas como reparos em cercas e trato com o gado.

“Não consigo me lembrar da última vez que recebi algum dinheiro do patrão”, falou Silva. Ele disse que, em dois anos de serviços prestados, recebeu R\$ 1.700, correspondente ao trabalho de toda a família. Os trabalhadores resgatados foram conduzidos à residência de parentes em Arapoema.

A operação prosseguiu em fazendas do interior do estado do Tocantins. Na região, foram feitas três inspeções próximas do município de Colmeia. Na Fazenda 4 de Outubro, um trabalhador que também se encontrava em situação análoga à escravidão, foi resgatado e encaminhado à casa de apoio a vítimas de trabalho escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no município de Araguaína.

A operação

A operação teve a atuação de 23 agentes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). O objetivo era apurar denúncias de irregularidades relacionadas à exploração de mão de obra escrava e resgatar os trabalhadores. Também participaram da operação o Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF), Defensoria Pública da União (DPU) e Ministério Público do Trabalho (MPT).

De acordo com Ministério do Trabalho, o proprietário da Fazenda Pontal, Joaquim Henrique Elias Soares, não foi localizado. Ele será autuado e chamado a comparecer ao MPT. Uma ação de bloqueio de bens deve ser movida contra ele, informou o Ministério Público Federal, que também entrará com denúncia-crime com base no Artigo 149 do Código Penal e por crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O proprietário da fazenda está sujeito a pena de dois a oito anos de prisão, que pode ser aumentada em 50% por envolver menores de idade, além de multa. Ele também será multado pelo Ministério do Trabalho a partir dos autos de infração, que serão lavrados de acordo com cada uma das irregularidades encontradas. Os valores da multa ainda não foram informados pelo ministério.

Além dos sete resgatados na Fazenda Pontal, oito trabalhadores permaneceram no local, pois estavam em condições de alojamento um pouco melhores. Porém, eles também estão em situação trabalhista irregular, o que foi descrito nos autos da autuação da fazenda. Esses trabalhadores deverão obter o reconhecimento de seus vínculos, receber salários atrasados e ter carteira de trabalho assinada. Eles poderão permanecer na fazenda, desde que o empregador ofereça melhores condições de trabalho.

Escravidão

Segundo a fiscalização, os trabalhadores resgatados no município de Arapoema moravam em um curral, conviviam constantemente com ratos, sapos, morcegos e insetos. Eles eram obrigados a tomar banho vestidos, em uma torneira improvisada, a cerca de meio metro do chão. Eles usavam essa única fonte de água para beber e preparar alimento e lavar roupa e louça. Os trabalhadores chegavam a reservar água em vasilhames de agrotóxicos descartados de maneira irregular.

Para manter os empregados em situação análoga à de escravo, a fazenda aplicava um sistema de endividamento. Os trabalhadores compravam mantimentos e ferramentas em estabelecimentos indicados pelo proprietário da fazenda em uma espécie de conta. No momento em que o trabalhador era chamado a receber seu pagamento, o dono da fazenda lhe informava que havia descontado essas despesas.

Segundo o trabalhador resgatado na operação, o gerente da propriedade, Danúbio Barbosa de Melo, informava que as despesas tinham valor maior do que a remuneração que o trabalhador teria a receber. Dessa forma, o empregado era forçado a continuar na fazenda para quitar a dívida, em um círculo vicioso.

De acordo com o Ministério do Trabalho, depois do resgate dos empregados, os esforços passam a se concentrar no pagamento de verbas rescisórias e salários por todo o período trabalhado. Além disso, há a regularização da situação trabalhista, como assinatura de carteira de trabalho e recolhimento de encargos, como Previdência Social e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O ministério concede imediatamente aos trabalhadores encontrados nessa situação um seguro-desemprego especial, no valor de um salário mínimo, pelo período de três meses.

Lista Suja

A operação foi feita quatro dias após a divulgação da lista suja do trabalho escravo. Depois de quase três anos sem ser atualizada e após uma intensa disputa judicial entre governo e Ministério Público do Trabalho, o cadastro de empresas autuadas por submeter seus empregados a condições análogas à escravidão foi publicado. A lista tem 68 empregadores que foram flagrados por fiscais submetendo trabalhadores a essa situação.

De acordo com o documento, de 2011 até o final do ano passado, 503 trabalhadores estavam em situação de trabalho degradante. O total refere-se apenas aos casos em que houve decisão administrativa pela punição aos empregadores sem possibilidade de recurso.